



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

ACÓRDÃO Nº 853/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE nº 10600/2015.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Câmara Municipal de Boca do Acre.

4- Exercício: 2014.

5- Responsável: Sr. Radir de Souza Magalhães, Presidente da Câmara Municipal de Boca do Acre, à época.

6- Unidade Técnica: DICAMI/CI – Informação Conclusiva nº 600/2016 (fls. 2242/2245).

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 4479/2016-DMP-MPC-FCVM, da Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora de Contas (fls. 2246/2259).

8- Relator: Conselheiro Julio Cabral.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Boca do Acre. Exercício de 2014.

Contas Regulares com Ressalvas. Multa. Recomendação ao Órgão Legislativo.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em sessão Plenária, no exercício da competência atribuída pelo art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c os arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

9.1- Julgar Regular com Ressalvas a Prestação de Contas da Câmara Municipal de Boca do Acre, Exercício 2014, sob a responsabilidade do Sr. **Radir de Souza Magalhães**, Presidente da Câmara do Município de Boca do Acre, nos termos do art. 1º, II da Lei Estadual n. 2.423/96 c/c art. 5º, II da Resolução n. 04/2002-TCE/AM;

9.2- Aplicar multa ao Sr. **Radir de Souza Magalhães**, Presidente da Câmara do Município de Boca do Acre, exercício 2013, com fulcro no art. 53, parágrafo único da Lei n.º 2.423/96, em razão dos itens “c” e “d” do Parecer n.º 2021/2016 (fls. 629/640);

9.3- Recomendar àquele Órgão Legislativo que:

9.3.1- Observe a necessária atualização dos registros cadastrais dos Agentes Políticos e dos Cargos em Comissão no Setor de Recursos Humanos da Câmara Municipal;

9.3.2- Observe a necessidade de envio de informações relativos a Atos de Pessoal do Poder Legislativo Municipal, por meio do Sistema SAP, em observância aos arts. 259 e 260 da Resolução n.º 04/02 – TCE/AM;

Publicado no Diário Eletrônico
do TCE/AM,
Edição nº _____
De ____/____/____



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

TRIBUNAL DE CONTAS
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº _____

Fls. Nº _____

ACÓRDÃO Nº 853/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO

9.3.3- Observe a necessidade de efetuar planejamento no que diz respeito à contratação de serviços e aquisição de bens, além de ater-se às regras estabelecidas na Lei de Licitações (Lei n.º 8.666/93), quando da realização de certames licitatórios;

10- Ata: 37ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 18 de Outubro de 2016.

12-Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente, em substituição), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Josué Cláudio de Souza Filho e Mario Manoel Coelho de Mello.

13-Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente, em substituição

JULIO CABRAL
Conselheiro-Relator

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA
Procurador-Geral